CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

1

2

4

5

6 7

8 9

10

11

12

13 14

15

16 17

18 19

20

21 22

23

24

25 26

27

28

29

30 31

32 33

34

35 36

37

38

39

40

41

42

43

44 45

46

47

48

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER – REALIZADA NOS DIAS 04 E 05 DE SETEMBRO DE 2012

Nos dias quatro e cinco do mês de setembro do ano de dois mil e doze, no Auditório do Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília/DF, foi realizada a Décima Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – Gestão 2010-2013, para tratar da seguinte Pauta: 1º) Abertura da Ministra (pela NBR ao Vivo e transmissão online SERPRO); 2°) Aprovação da ATA; 3°) Justificativas de Ausências; 4°) Posse das Novas Conselheiras substitutas; 5°) Aprovação do nome da Conselheira de Notório Conhecimento; 6°) Balanço SEMESTRAL da Gestão – (Fev/Agosto 2012) (online) – a.Ministra; b. Secretária Aparecida Gonçalves; c. Secretária Tatau Godinho; d. Secretária Vera Soares;7°) Comentários /Perguntas das Conselheiras (online);8°) Apresentação e discussão sobre o PNPM (Secretária Lourdes e Equipe); 9°) Apresentação da "Proposta de participação social no monitoramento e avaliação do PPA e outras questões da participação social". (Assessor da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento - Leopoldo Vieira e Daniel) (online); 10°) Informes das Conselheiras (offline); 11°) Informe das Câmaras Técnicas. Estiveram presentes as seguintes conselheiras governamentais: I) Ministra Eleonora Menicucci – Secretaria de Políticas para as Mulheres; II) Lourdes Bandeira – Secretária-Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres; III) Maria das Graças Serafim Cabral - Suplente Secretaria de promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; IV) Marga Janete Struher – Suplente Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República – SDH; V) Magaly de Carvalho Correa Marques - Casa Civil da Presidência da República- PR; VI) Laís Maranhão - Casa Civil da Presidência da República- PR; VII) Maria Isolda Dantas -Suplente Ministério Desenvolvimento Agrário - MDA; VIII) Teresa Sacchet - Suplente Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome- MDS; IX) Antônia da Silva Samir Ribeiro - Ministério do Meio Ambiente; X) Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG; XI) Eduardo Gomor dos Santos – Suplente Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG; XII) Liliane Brum – Suplente Ministério da Saúde - MS; XIII) Fernanda Tansini – Suplente Ministério das Relações Exteriores – MRE; Representantes da Sociedade Civil: XIV) Maria das Dores do Rosário - Articulação de ONGs de Mulheres Negras - AMNB; XV) Gloria Márcia Percinoto - Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica -ABMCJ ; XVI) Sueli Maria de Fátima - Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos - FENATRAD ; XVII) Graciela Susana Rodriguez - Instituto Equit -Gênero, Economia e Cidadania Global; XVIII) Silvana Veríssimo – Fórum Nacional de Mulheres Negras - FNMN; XIX) Claudia Rejane Prates - Marcha Mundial de Mulheres -MMM SOF; XX) Justina Inês Cima – Movimento de Mulheres Camponesas – MMC; XXI) Vera Lúcia Ubaldino Machado – Rede Economia e Feminismo - REF; XXII) Maria José Oliveira Araújo – Rede Nacional Feminista de Saúde - RNFS; XXIII) Lucia Rincon - União Brasileira de Mulheres - **UBM**; **XXIV**) Suplente - **Sueli Batista** - Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil - BPW Brasil; XXV) Estela Aquino - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva -ABRASCO; XXVI) Carmen Helena Ferreira Foro - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; XXVII) Marilda Castelar – Conselho Federal de Psicologia - CFP; XXVIII) Suplente - Sonia Zerino - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Industria – CNTI; XXIX) Maria Betânia Ávila – Conselheira Notório Saber; XXX) Aparecida Sueli Carneiro – Conselheira Notório Saber; XXXI) Clara Charf

- Conselheira Emérita; Convidados: Leopoldo Vieira - MPOG, Daniel Avelino - SG/PR; Estiveram também presentes integrantes da Secretaria de Políticas para Mulheres/SPM: (Chefe de Gabinete da SPM), Aparecida Gonçalves (Secretária de Linda Goulart Enfrentamento à Violência), Tatau Godinho (Secretária de Planejamento e Gestão), Vera Soares (Secretária de Articulação Institucional), Sônia Malheiros (Assessora Especial), Raimunda Celestina (Assessora Especial), Rosangela Rigo (Diretora de Programas da Secretaria de Articulação Institucional); Nei Bomfim - (Assessor Especial de Comunicação), Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – (Assessora do Gabinete), Graça Carvalho (Coordenadora-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração), Maria de Lourdes Rodrigues (Coordenadora-Geral de Diversidade - SAIAT) Leila Ollaik (Gestora); Renata Barreto - SPM/PR; Camila Rocha (Técnica de Suporte)-Valeria Moraes – SPM/PR; e Lucia I.Reali Lemos (Coordenadora-Geral do CNDM). Ministra Eleonora Menicucci abre a 10^a Reunião Ordinária saudando a todos e a todas e comunica que a abertura está sendo transmitida ao vivo pela TV NBR. Informa em primeira mão que o orçamento da SPM terá em 2013 o aumento de 19.1%, um pouco mais que doze milhões a mais no orçamento, o que significa que em 2013 a SPM chegará a quase oitenta milhões, fora as emendas e declara: "isso significa o empenho fortíssimo do gabinete junto ao Planalto, junto a Presidência, a Casa Civil e o Ministério do Planejamento para que nós pudéssemos ser contempladas". Afirma, com entusiasmo ser este, mais uma vez, um importante apoio que a Presidenta tem dado a SPM e as políticas públicas para as mulheres. Um percentual bem significativo no que toca aos percentuais de outros ministérios, embora grandes percentuais também foram entre 10, 12, 13, 14, 15%. Outra informação em relação ao empoderamento da SPM - é que no projeto de lei que está em votação no Congresso Nacional para aumentar os DAS da Esplanada, a SPM será contemplada com mais um percentual de DAS que fortalecerá o quadro na SPM, até outubro/novembro. Também comunica que o concurso para quinze (15) agentes de políticas sociais, que será aberto em outubro e que já tem os editais. Esclarece que a perspectiva de um aumento desse quadro de pessoal fortalece a SPM frente aos ministérios, "é uma resposta que nós damos, eu dou e a Presidenta dá por meu intermédio às mulheres brasileiras. Isso é significativo. Nós temos que considerar isso. São movimentos importantes. E eu acho que toda a equipe da SPM tem muito orgulho de comunicar isso aqui para vocês" declarou a Ministra Eleonora. Passando para o 2º Ponto de Pauta: Aprovação da ATA. Conselheiras aprovam a ATA da 9ª Reunião Ordinária do CNDM, ocorrida nos dias 29 e 30 de maio de 2012. 3º Ponto de Pauta: Justificativas de Ausências: Justificaram as Conselheiras: Maria Goretti / LBL | Compromissos pré-agendados (está à frente da organização das atividades alusivas ao dia da visibilidade lésbica em Natal-RN nos dias 05 a 09 de setembro), Isis Tavares / CNTE | Compromissos pré-agendados (atividade em Manaus). Aparecida Malavazzi /CGTB | Complicações de saúde (internada em estado grave Hospital São Paulo), Nelita Frank/AMB | (está com suspeita de dengue), Maria das Graças Costa /MAMA | tratamento médico (Osteoporose), Gláucia Gauch/MRE | compromisso em Porto Alegre na reunião da RAAD. 4º Ponto de Pauta: Posse das Novas Conselheiras substitutas; Deise Benedito / SDH, substituindo a titular, Conselheira Ana Paula Crosara (falecida em 07.06.2012); Laissa da Costa Ferreira / SDH (suplente), substituindo Tani Vieira, Sueli Maria de Fátima Santos /FENATRAD, substituindo a conselheira Creuza Maria de Oliveira (licenciou-se para concorrer ao cargo de vereadora em Salvador. BA), Lucia Rincon /UBM substituindo a Conselheira Elza Maria Campos (licenciou-se para concorrer ao cargo de vereadora em Curitiba.PR), Laís Mendonça /Casa Civil-PR (suplente) 5º Ponto de Pauta: Aprovação do nome da Conselheira de Notório Conhecimento: Durante o mês de junho até a primeira quinzena de agosto/2012 foi aberta a consulta online ao Pleno para que fosse feita a indicação de nomes à vaga de Conselheira de Notório Conhecimento, sendo o nome da indicada mais votada

49

50

51

52

53 54

55 56

57

58

59

60 61

62

63 64

65

66 67

68

69

70

71

72 73

74

75 76

77

78

79

80 81

82 83

84

85

86

87

88 89

90

91 92

93 94

95

96 97

98

aprovado e referendado na 10ª Reunião Ordinária do CNDM, nos dias 4 e 5 de setembro de 2012. Três nomes foram apresentados na lista online: MARCIA CAMPOS, MARY CASTRO e SUELI CARNEIRO. A Sra. Aparecida Sueli Carneiro obteve o maior número de votos e, portanto teve seu nome aprovado para ser a Conselheira de Notório Conhecimento na Gestão 2010/2013. (Filósofa, doutora em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo; diretora e coordenadora do Programa de Direitos Humanos do Geledés Instituto da mulher Negra; é diretora vice-presidente do Fundo Brasil de Direitos Humanos e membro do Conselho Deliberativo do Fundo Baobá pela equidade racial. É também autora de diversos artigos sobre gênero, raça e direitos humanos em diversas publicações nacionais e internacionais. É integrante da Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras; do Conselho Editorial da Revista "Estudos Feministas", do Conselho Consultivo da Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação, do Conselho Consultivo do IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor. Foi conselheira e Secretária Geral do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, órgão do governo do Estado de São Paulo no governo de Franco Montoro; Coordenadora do Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça, de março de 1988 a julho de 1989. Foi membro do Conselho Deliberativo da CARE Brasil.) Ministra Eleonora fala que tem, em nome da SPM, um orgulho muito grande de comunicar a nova conselheira de notório saber. "Nós fizemos uma votação online entre as conselheiras, e sem sombra de dúvida, com maioria quase que absoluta, eu tenho o prazer, a satisfação, emoção de dizer que a nossa companheira Sueli Carneiro foi eleita para compor a última vaga de notório saber nesta gestão. A entrada da Sueli Carneiro no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher têm inúmeros significativos. Inúmeros! Mas dois deles são fundamentais. Eu quero dizer Sueli que a sua entrada fortalece, engrandece e fortalece o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher pela sua trajetória, a trajetória feminista, sua trajetória na luta pelos direitos humanos, a sua trajetória na luta contra o racismo, a sua trajetória no movimento de mulheres e a sua trajetória acadêmica. Então, a Sueli, incorpora no perfil dela e na trajetória dela, traços importantíssimos que dão a ela o gabarito que ela tem para ser indicada a qualquer cargo. E para nós, aqui da SPM, e eu acho que sem dúvida nenhuma eu posso falar para as mulheres brasileiras independente de classe, raça, gênero, etnia, orientação sexual, só temos a ganhar. Então, você sabe disso, e você saiba que nós estamos muito orgulhosas de tê-la aqui". Esclarece que fez questão de dar posse à Conselheira Sueli Carneiro ao Vivo, transmitido pela NBR, para mostrar não só o compromisso do CNDM com a luta contra o racismo no Brasil, no mundo, mas a infinita parceria com as mulheres negras, não só na gestão, mas na luta para um mundo melhor e uma sociedade melhor. "Seja bem vinda, arregace as mangas e vamos a luta, porque ela árdua, mas ela é boa. E eu tenho certeza que nós ganhamos com você aqui. Muito obrigada por você ter aceito". Reitera que o processo de escolha e votação online "foi absolutamente legal, absolutamente transparente, absolutamente reconhecido e eu fico muito orgulhosa da indicação de três nomes que têm história no Movimento de Mulheres com experiência, com competência e que querem participar do Conselho". Pleno aprovou que seja publicada na página da SPM, na internet, uma nota informando sobre o resultado da escolha da Conselheira de Notório Conhecimento. Em seguida é tem início o 6º Ponto **de Pauta:** Balanço SEMESTRAL da Gestão – (Fev/Agosto 2012) (online) – **a.** Ministra; **b.** Secretária Aparecida Goncalves: c. Secretária Tatau Godinho: d. Secretária Vera Soares: Ministra Eleonora informa que irá apresentar para o Conselho as ações desenvolvidas já pactuadas e em processo de pactuação com todos os ministérios. Reforçando que nessa pactuação é a articulação em termos ministerial, que tem sido extremamente importante para que se possa avançar nas políticas cuja execução não é da SPM – que participa da elaboração, da formulação, acompanhamento, monitoramento, mas não executa. Cita na área ao Ministério da Saúde: pactuação muito grande com a área técnica da saúde da mulher e implementação do Programa de Assistência Integral da Saúde da Mulher, que é reintegrar esse paradigma dentro das ações e fortalecer as ações a partir dessa perspectiva, da integralidade das ações. Vários comitês da Rede Cegonha: o comitê de mulheres portadoras de HIV grávidas, as ações de enfrentamento à morte materna, serviço de atendimento às mulheres em situação de violência sexual, serviços de abortamento legal

100

101 102

103

104

105

106

107

108

109 110

111

112

113

114

115

116117

118

119

120 121

122

123

124

125 126

127

128

129 130

131132

133134

135

136 137

138

139 140

141

142

143

144145

146

147

148149

150

151152

nos casos previstos em lei (para além da violência, a questão da anencefalia e a questão do risco de morte da mãe), participação na Comissão Inter Setorial da Saúde da Mulher. As ações do BRASIL SEM MISÉRIA que dizem respeito à capacitação, não só a capacitação das mulheres que estão incluídas neste programa com cursos continuados, mas com uma atividade bem forte junto com o MDS no levantamento das mulheres, e aí, o fato da participação no BRASIL CARINHOSO, mostrando a importância da creche de zero a seis anos não só para a criança, sobretudo para a criança, mas também para as mães, as mulheres mães que ao verem a possibilidade de terem lugares mais seguros para deixarem seus filhos, poderão, e podem, construir melhor a sua autonomia enquanto mulher. A capacitação da rede da Assistência Social na perspectiva de gênero; o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, mostrando o diálogo que a SPM tem com o MDS de mostrar que a Assistência Social não substitui os Centros de Referência especializados no atendimento às mulheres. "A rede de serviços sociais no Brasil, não pode de maneira nenhuma substituir no município os serviços de referências especializados no atendimento às mulheres, sobretudo em situação de violência." Sobre a situação de violência familiar e situação de violência contra a mulher, a perspectiva é de conseguir pactuar mostrando essa diferença. O sistema de serviço de Assistência Social é muito consolidado no Brasil e a Secretaria de Enfrentamento a Violência tem conseguido penetrar neste sistema nacional, propondo a pactuação nos municípios, para que os serviços de referência especializados continuem mesmo que se for para dentro do sistema de Assistência Social, mas que esses serviços continuem. Sobre a Campanha para as mulheres na construção civil, metalurgia e outros. Irá ao ar dentro de quinze dias uma parceria com o MDS, a SECOM e a Rede Globo que ofereceu para a SPM, gratuitamente, fazer uma campanha para mostrar que as mulheres estão ocupando profissões até então masculinas, ocupadas pelo mundo masculino, (construção civil, metalurgia, motorista, etc.) fazendo a capacitação dos cursos de participação do PRONATEC. Sobre a situação de violência familiar e a situação de violência contra a mulher, a perspectiva é de conseguir pactuar mostrando essa diferença. O sistema de serviço de Assistência Social é muito consolidado no Brasil e a Secretaria de Enfrentamento a Violência tem conseguido penetrar neste sistema nacional, propondo a pactuação nos municípios para que os serviços de referência especializados continuem mesmo que se for para dentro do sistema de Assistência Social, mas que esses servicos continuem. Informa que a SPM também tem com o MDS uma parceria com os editais de gênero. E além do MDS o MCTI, o aporte de recursos. Com o MDA continua as parcerias voltadas para consolidar, empoderar e fortalecer a agricultura familiar, inclusive a SPM participou da conferência. O enfrentamento à violência de gêneros no mundo rural é uma questão fundamental porque é uma reivindicação a muitos anos e o que está impedindo a entrega das unidades moveis rurais. São cinquenta e quatro veículos adaptados, aprovados. A SPM aprovou um mas não passa nos buracos do mundo rural. "Um passa, mas em fim, atola no outro. Vai mais não volta. Então essa solicitação é complicada. Ela está pronta, mas ela falta isso." Uma versão para as trabalhadoras rurais, o mundo rural da Lei Maria da Penha. O Ministério da Justiça, enfrentamento à violência doméstica, a Lei Maria da Penha e as DEAMS nas fronteiras. Sobre a situação de violência familiar e a situação de violência contra a mulher:, a perspectiva é de conseguir pactuar mostrando essa diferenca. O sistema de serviço de Assistência Social é muito consolidado no Brasil e a Secretaria de Enfrentamento a Violência tem conseguido penetrar neste sistema nacional, propondo a pactuação nos municípios para que os serviços de referência especializados continuem mesmo que se for para dentro do sistema de Assistência Social, mas que esses serviços continuem. Informa que a SPM também tem com o MDS uma parceria com os editais de gênero. E além do MDS o MCTI, o aporte de recursos. Com o MDA continua as parcerias voltadas para consolidar, empoderar e fortalecer a agricultura familiar, inclusive a SPM

154

155

156157

158 159

160

161

162

163

164

165166

167

168 169

170

171172

173

174

175

176

177178

179

180 181

182 183

184 185

186

187 188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201202

203

participou da conferência. O enfrentamento à violência de gêneros no mundo rural é uma questão fundamental porque é uma reivindicação há muitos anos e o que está impedindo a entrega das unidades moveis rurais. São cinquenta e quatro veículos adaptados, aprovados. A SPM aprovou um, mas não passa nos buracos do mundo rural. "Um passa, mas enfim, atola no outro. Vai mais não volta. Então essa solicitação é complicada. Ela está pronta, mas ela falta isso." Sobre a DEAMS das fronteiras: A parceria com o Ministério da Justiça tem sido como com outros ministérios, cotidiana. Foram abertas duas delegacias nas fronteiras em Roraima Pacaraima / Oiapoque. Estão sendo discutidas no âmbito do Governo as possibilidades de que essas delegacias nas fronteiras sejam federais - com recursos federais e sejam federalizadas. Sobre a Campanha Compromisso e Atitude impactou e o lançamento foi muito forte, na reunião com as DEAMS, com as delegadas e com a participação dez ministros e ministras, foi empoderada. Com o Ministério da Previdência Social a SPM firmou um termo de Cooperação Técnica visando identificação de casos de violência doméstica que levam ao afastamento, aposentadoria e pensões por morte das mulheres. Capacitação dos atendentes do INSS para correto atendimento para as mulheres vítimas de violência. E o que mais impactou foram as ações regressivas, que é o ressarcimento dos agressores dos gastos com pensões e aposentadorias e indenizações por morte e sequelas nos casos de violência doméstica. Isso foi fundamental tendo o Ministro Garibaldi, a Maria da Penha e o Instituto Maria da Penha como parceiros. Esclareceu que após conscientizar e sensibilizar procuradoras e procuradores do INSS, o Presidente do INSS e o Ministro Garibaldi. o Procurador Chefe do INSS procurou a SPM para ser parceira com o Ministério da Previdência Social, e juntos ajuizaram na mesma semana da Lei Maria da Penha duas ações em Brasília e um caso do interior do Rio Grande do Sul. A Secretária Aparecida Gonçalves tem a palavra e esclarece que os dois de Brasília, um é um caso de assassinato e um em que a mulher ficou dependente do INSS e que juntos somam um valor de cento e quarenta e dois mil reais para ser ressarcido para o INSS. Foi lançada a Cartilha "Quanto custa o Machismo" assinada pelo INSS e pela Previdência, com Prefácio da SPM. No Ministério de Minas e Energia a SPM entrou oficialmente para o Comitê Luz para todos com o aval da Casa Civil – duas notas técnicas foram feitas e a representante da SPM é Silvana Zucolloto da Secretaria de Autonomia Econômica. No Ministério da Integração Nacional, a SPM entrou para o Comitê Nacional ao Enfrentamento a Estiagem - são comitês estaduais do Nordeste, e a representante da SPM é a Raimundinha – Assessora Especial da SPM, que iniciou a articulação com os comitês estaduais para serem feitos a partir daqui, essa articulação - é um comitê permanente. No Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação, fortalecemos o Ciência sem Fronteira, com discussões, reuniões, pactuações para entrar mais mulheres nesse programa, entrar as Humanidades nesse programa e também os Editais de Gênero e Ciência que envolvem, além daqueles que já foram citados, o MDS. A Ministra reforça que os aportes de recursos foram cumpridos integralmente. Informa que a SPM esteve presente na abertura da SBPC na pessoa da Secretária Executiva Lourdes Bandeira, e foi muito importante porque ela deu um foco de gênero em todas as políticas. Na Secretaria de Direitos Humanos, o acordo que já havia sido comunicado está em processo de implementação: Mulheres, envelhecimento e direitos humanos; mulheres deficientes e direitos humanos. Esteve com a Ministra Maria do Rosário na despedida dos paraolímpicos, e foi muito importante para as mulheres, sobretudo para aquela que ganhou medalha de ouro, a velocista, Terezinha, que é cega. E agora todos serão recebidos, no dia 13 no Planalto pela Presidenta Dilma e todas as Ministras. Prevenção da violência contra meninas e adolescentes e mulheres nos grandes eventos, nós já estamos elaborando um programa junto com o Ministério dos Transportes e Direitos Humanos. O Plano Brasil Protege que será lançado, por vários ministérios, é a proteção e a garantia dos direitos em todas as áreas das crianças e adolescentes. Com a SEPPIR, estamos numa relação muito

205

206

207208

209

210

211

212

213

214

215

216217

218

219 220

221

222223

224

225

226

227

228 229

230

231

232

233

234

235

236

237

238239

240

241

242

243

244245

246247

248

249

250251

252253

254

boa. Reuniões entre as Ministras Eleonora e Luiza Barros tem sido frequentes, discutindo que os dois ministérios tem que trabalhar com a transversalidade de gênero e raça. Neste ano a SEPPIR entrou no Programa Pró Equidade de Gênero e Raça. Com o Ministério da Cultura e a SPM já se tem a primeira ação conjunta, um seminário que terá no dia treze agora, na casa Ruy Barbosa, sobre os oitenta anos do voto feminino, com a presença da Ministra Eleonora e da Secretária Vera Soares. Há também tratativas entre a Ministra Eleonora e a ministra Ana de Iolanda e a nova secretaria que o Ministério da Cultura criou que é Economia/Cultura Criativa. No Ministério do Meio Ambiente, em decorrência da Rio + 20, Ministra Eleonora com a ministra Isabela Teixeira implementaram o Fórum Permanente de Mulheres Líderes e Empreendedoras e as Ações de Gênero e Sustentabilidade. Ministra quer propor para a Ministra Isabela Teixeira um fórum permanente na mesma perspectiva da sociedade civil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. As ações com o IBGE; na preparação das delegações brasileiras para as reuniões da ONU sobre população. A SPM que tem puxado e tem liderado. E esta liderança da SPM reascendeu no âmbito do Governo a importância da discussão sobre população, desenvolvimento e direitos. Nas duas reuniões internacionais em que a SPM foi, na última, em Cairo, e que foi liderada pela Lourdes Bandeira, Secretária-Executiva; acompanhada pela Assessora Especial Sônia Malheiros e pela Secretária Vera Soares. O documento que saiu foi muito importante. E finalmente a reestruturação da CNPD, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, que a minuta já está pronta. Está com a Ministra Miriam Belchior. Assim que estiver pronta o Conselho será informado. A importância dessa reestruturação foi reacender essa discussão no âmbito ministerial, nos diferentes ministérios, a comissão é governamental. "O governo tem que responder a sociedade civil e ser cobrado. Então, a presidência da comissão não pode ficar com a sociedade civil. Ela tem que ficar com o Governo para que o Governo responda, leve pancada, responda, debata, porque ele tem que implementar os acordos. A sociedade civil e controle social. Ela participará, mas ela participará via os conselhos", disse a Ministra Eleonora. O Governo está chamando para ser a responsabilidade. Então a presidência é um colegiado. Não é a presidência. Tem um colegiado. Não é um ministério só. Terão sujeitos coletivos que serão chamados efetivamente, da sociedade civil e governamental. Em breve será anunciada e é fundamental porque nós entraremos agora na discussão do Cairo + 20, sem essa comissão nós não avançaríamos. Secretaria de Assuntos Estratégicos e Secretaria de Relações Institucionais. A Secretaria de Assuntos Estratégicos os estudos e pesquisas e indicadores tem tido uma articulação muito grande com o IPEA. A Ministra informa que já foi procurada pelo novo presidente do IPEA, Marcelo Neri e que ele quer vir na SPM para uma discussão. Secretaria de Relações Institucionais, as nossas ações no Congresso com a bancada feminina, senado e câmara que é liderado pela Regina Adami – assessora Parlamentar da SPM, temos discutido muito. Nesse momento, a SPM criou um grupo de trabalho com uma indicação de uma conselheira para fazer um estudo minucioso da proposta dos especialistas de uma mudança no código penal. "Temos discutido e não chegamos ainda no final da discussão que é muito complexa. Não podemos perder nada, sobretudo, da lei Maria da Penha. Tem uma questão de perdão do agressor que temos que ficar atentas. A nossa relação tem sido muito boa e nós temos sido apoiadas muito fortemente por duas bancadas femininas" afirmou a Ministra que disse estar satisfeita com a decisão da Ministra Carmem Lúcia de aceitar a lista de partidos que não contemplassem 70% de um sexo e 30% de outro, que ela devolveria, a finalização dos dados é 31.8% de mulheres candidatas para todos os cargos. Nós não só alcançamos, mas ultrapassamos. No o Programa Mulheres Mil, o PRONETEC, Ministério da Educação, PRONECAMPO, no BRASIL CARINHOSO, o Prêmio Construindo Igualdade e Gênero, e A FORMAÇÃO DE GESTORAS E GESTORES, PROFESSORAS E PROFESSORES. Isso a SAIAT tem levado e tem trabalhado muito tanto no PRONATEC

256

257

258259

260

261262

263

264

265

266

267268

269

270271

272

273274

275

276

277

278

279 280

281

282

283

284

285

286

287

288 289

290

291292

293

294

295

296

297298

299

300

301 302

303

304

305

como no PRONACAMPO, numa parte do Brasil Carinhoso, duas secretarias estão envolvidas a SAIAT e a Autonomia Econômica. Ministério do Esporte, Ministério da Relações Exteriores. As agendas internacionais, o sistema ONU, SEPAL, FAL e a participação das relações exteriores junto com o Ministério da Saúde, a SEPPIR, SDH e nós da SPM na finalização do caso Aline Pimentel. A SPM criou um grupo de trabalho interministerial, e para tomar a posição. O Governo Federal vai pagar, vai anunciar proximamente. "Esse caso era uma questão de honra para nós da SPM, e para mim, e quando eu percebi que havia um desempoderamento dessa comissão e apenas a SPM com uma secretaria nacional que é a Vera, eu puxei e os ministérios envolvidos, inclusive a AGU que até então não tinha entrado, e a coisa andou. Andou e nós estaremos, eu acredito que até o final do mês, cumprindo as recomendações que a CEDAW nos fez pela morte lamentável da Aline Pimentel, lamentável, inaceitável. Mas será dado até o final de abril". Ministério da Pesca: temos uma ação com mulheres presidiárias em Belo Horizonte, a SPM já tinha iniciado na época da Ministra Iriny e continuamos - peixes ornamentais para aquário, que as presidiárias fazem. Ministério do Esporte: É nova essa coordenadoria aqui, e nós já temos ações, inserção igualitária das mulheres no esporte e lazer e promoção da imagem da mulher torcedora e da mulher atleta, que vem cumprir, responder aquele acordo de cooperação técnica com SDH de prevenção da violência contra as crianças, adolescentes e mulheres nos grandes eventos. Recorte de gênero e estímulo na participação das mulheres nos programas do Ministério dos Esportes. Ampliação do número de mulheres com bolsa atleta e fomenta o futebol feminino e esporte de alto rendimento; participação das mulheres na preparação e realização dos grandes eventos esportivos e estimulo à campanha de enfrentamento à violência pelos clubes de futebol. Ministério do Trabalho: participamos da Conferência do Trabalho Decente, o Ministério do Trabalho é um dos parceiros no acordo sobre a PEC DAS DOMÉSTICAS, que o Governo fechou um acordo sobre a ampliação dos direitos, depois de inúmeras discussões com a relatora com o Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Casa Civil, e o relatório que está nas mãos da deputada Benedita da Silva, é a posição do Governo. Ele amplia dos trinta e dois direitos constitucionais, amplia para vinte e oito ou vinte e nove direitos. Só não ampliando aqueles que dizem respeito a acordos coletivos, às empresas. Mas tudo foi pactuado inclusive com a FENATRAD' e com a SEPPIR, e a deputada Benedita não consegue colocar em votação, porque toda vez que ela coloca não tem quorum. A Convenção 189 da OIT é uma determinação da Presidenta de assinar, mas ela quer assinar depois de aprovado essa PEC das domésticas. Ministra esclarece que "é para mostrar que as coisas não estão mortas, esquecidas dentro de uma gaveta". Secretaria Geral é articulação permanente para encaminhar todos os assuntos que envolvem mulher no âmbito de assuntos da SPM e no âmbito dos ministérios, o Fórum de Direitos e Cidadanias, que participam Secretaria Geral, SPM, SDH, SEPIR, Ministério da Cultura e Ministério dos Esportes. E tem também um FÓRUM DE MINISTROS E MINISTRAS que se reúnem bimensalmente para fazerem algumas discussões e entre elas uma discussão mais política de relação com a sociedade civil. E a Casa Civil também repete o mesmo do Ministério do Trabalho, mas sobretudo a Casa Civil está absolutamente a par de todas as ações transversais e apoia todas as nossas ações. E tem sido uma parceira muito grande. A SECOM - Secretaria de Comunicação também, e, sobretudo, nos mídias training aqui que nós fizemos, não só comigo, mas com a Secretaria Executiva e depois com todas as Secretarias. Mas também nas campanhas, tanto na CAMPANHA COMPROMISSO e ATITUDE, foi a SECOM que no final pegou e a Patrícia Galvão está fazendo a parte do site, como nessa campanha agora das Mulheres nas profissões, a SECOM tem participado ativamente. Agenda Internacional e das Campanhas. A SPM assinou uma cooperação com o SESI para o Projeto Vira Vida, que é para meninas e meninos que estão no tráfico sexual e de drogas, para trazer com o Jair Meneguelli, com o conselho do SESI, a Rosa de

307

308

309 310

311

312313

314

315 316

317

318 319

320

321 322

323

324 325

326

327

328

329

330 331

332

333

334

335

336

337

338

339 340

341

342

343

344

345

346 347

348 349

350

351

352 353

354

355 356

Lourdes é responsável pela SPM, já estamos com algumas ações, sobretudo, em Natal, junto com esse projeto. Ministra passa a palavra para a Assessora Especial Sonia Malheiros apresentar as Agendas Internacionais, como segue: Uma ação muito importante que é a apresentação do sétimo relatório da convenção que foi no começo do ano. Tivemos a participação, acompanhando então, os organismos internacionais no âmbito da ONU, o Comitê CEDAW, a reunião da CSW que teve como tema central a questão das mulheres rurais; foi a ministra acompanhada da secretária Tatau Godinho e mais algumas da SPM e do Conselho. No Comitê CEDAW também tivemos a representação do conselho como a prática que a gente tem feito nas agendas internacionais sempre que pertinente incorporar o CNDN. Tem todo o acompanhamento da comissão interamericana de mulheres que internamente na secretaria é acompanhada pela Secretária Aparecida Gonçalves no âmbito da comissão interamericana de mulheres nós temos o mecanismo de segmento da Convenção Belém do Pará, totalmente voltada para o tema da violência. Por isso, então teve reunião do mecanismo nesse período. Estivemos no Panamá, numa reunião da Empresa diretiva da Conferência Regional sobre a mulher da América Latina e do Caribe, que hoje é presidida pela Ministra, o Brasil preside essa conferência a partir do consenso de Brasília, da Conferência 11ª, que tivemos em julho de 2010 no Brasil. Vamos ter agora no ano que vem, a 12ª Conferência que vai ser na República Dominicana e que vai ter como tema central o tema das novas tecnologias de informação e comunicações. Vamos ter no ano que vem uma agenda muito forte internacional. Nós temos a conferência regional sobre a mulher da América Latina e Caribe, essa que vai ser na República Dominicana, e temos a partir da resolução dessa reunião que tivemos em Quito, a Comissão Especial de População e Desenvolvimento da CEPAL que foi transformada agora em Conferência Regional da América Latina e Caribe, sobre população e desenvolvimento; teremos também, então, a 1ª Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento que temos todo o tema de Cairo. Essa é uma agenda forte, vai acontecer no Uruguai em setembro; e a Conferência Regional sobre América Latina e Caribe na República Dominicana em outubro. Participamos do MERCOSUL; agora nós somos presidência, Brasil está na presidência do MERCOSUL, então temos a agenda marcada para a reunião e altas autoridades da mulher do MERCOSUL, que esse também foi um avanço. Antes era a reunião especializada da mulher, porque quando foi criada não existiam secretarias e ministérios das mulheres na região, e agora como existe, nós tivemos um processo forte para transformar reunião especializada em de ministras. Isso ocorreu. E nós temos agora em 3,4 e 5 de dezembro, vamos fazer a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL aqui no Brasil, e vai ser em Brasília. Já na REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA INTERNACIONAL, começamos a conversar sobre isso também. Aí tivemos na sessão da ONU na CPD, na Comissão de População e Desenvolvimento, e todo tema de população e desenvolvimento é um tema que vai crescer daqui para o próximo ano até 2014, por causa dos vinte anos de Cairo. Então tem todo um processo internacional de avaliação da implementação da Conferência do Cairo, e com uma decisão já tomada no âmbito da ONU que não vai se fazer uma nova conferência, o processo que vai ter, o processo mais comemorativo na ONU, mas que vai se trabalhar regionalmente essa avaliação mais profunda do Cairo, daí a importância dessa conferência da América Latina e Caribe. Bom, participamos também dessa reunião da CPD e de uma reunião na Argentina extraordinária, com a mesa técnica de violência para avaliar alguns projetos que a gente tem desenvolvido no MERCOSUL com apoio da cooperação espanhola, que tem um foco grande e tem uma área, uma parte que tem a ver com a questão de participação política, empoderamento das mulheres, mas tem um foco grande na área de enfrentamento à violência, com produção de indicadores que possam ser comparáveis e tudo mais, e isso então, a secretária de enfrentamento à violência tem acompanhado mais diretamente essas reuniões. Dá para ver que parece que a agenda cada

358

359

360 361

362

363

364

365

366

367

368 369

370

371

372 373

374

375 376

377

378

379

380

381 382

383

384

385 386

387

388

389

390

391 392

393

394

395

396

397 398

399 400

401

402

403

404

405

406

407

vez cresce mais. Tivemos no México também, a participação num grupo de trabalho que discutia a questão da redução da mortalidade materna. Toda a atividade de participação na Rio + 20 e a reunião de Quito, Equador, que foi a do Comitê especial sobre população em desenvolvimento. A Ministra esteve em julho em Nova York num evento comemorativo dos trinta anos do Comitê CEDAW, representando a presidenta, e levou uma fala inclusive da presidenta para essa reunião. Em julho também participamos do 2º Fórum Hemisférico Cidadania e Política para as Mulheres que representou, a secretaria foi, a secretária Aparecida Gonçalves também, fazendo uma fala numa das mesas desse Fórum Hemisférico. Nesse processo aí, na verdade, no primeiro semestre nós tivemos um investimento bastante grande com um envolvimento muito forte do Ministério das Relações Exteriores, no sentido de reconduzir a Silvia Pimentel para ela permanecer mais um período no Comitê CEDAW, teve um trabalho muito forte do Ministério de Relações Exteriores associado com as políticas para mulheres, e ela foi reeleita; tem todo um processo bastante complexo de negociação de votos de todos os países que participam do Comitê, e ela foi reconduzida para mais um período com a margem bastante folgada de votos, o que é interessante." Ministra Eleonora Menicucci informa sobre os vídeos da Campanha Compromisso e Atitude e das mulheres da construção civil é uma parceria com a TV Globo. Ação colaborativa é supervisionada pela SECOM que consiste na produção de comercial de trinta segundos no qual é a atriz Tânia Coco, que participou da novela Fina Estampa, era uma das "maridas". É uma mulher negra, bonita, forte. Estimula as mulheres a se capacitarem em áreas profissionais predominantemente masculinas, como construção civil, mecânica entre outras. E a Rede Globo cederá os direitos de circulação para outras emissoras. Ministra passa a palavra para a Secretária Aparecida Gonçalves falar da Campanha Compromisso e Atitude - foi lançada no dia sete de agosto. Coordenada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em parceria com o Ministério da Justiça, com o Conselho Nacional de Justiça, com o colegiado dos Procuradores Gerais do Ministério Público, o colegiado dos Procuradores Gerais da Defensoria Pública e o Conselho Nacional do Ministério Público, tem como objetivo a gente trabalhar para dentro dos operadores do direito, seja os juízes, os promotores e os defensores para dar celeridade ao julgamento dos assassinos de mulheres. Esse é o objetivo principal da campanha. Nesse primeiro semestre foi lançado em agosto até dezembro, o lançamento será feito nos estados e nos estados são esses órgãos que convocam os seus juízes, os seus promotores, seus defensores para que nós possamos fazer discussão e já começar entrar no planejamento dos tribunais do júri do ano que vem os julgamentos prioritários dos assassinos de mulheres. Então na verdade o resultado e o julgamento vai ser para o ano que vem. Esse ano é o ano de mobilização. Nesse sentido a SECOM desenhou a partir de um planejamento, várias peças, a peça, o vídeo que foi divulgado, inserção em mídia gratuita, em sites, na rede social de uma forma geral, mas também as peças são dirigidas aos operadores de Direito um marketing falando para os juízes, os promotores e os defensores que trabalham no tribunal de júri, - não estamos falando com os juízes da vara de violência contra mulher, nem com os promotores da vara de violência contra mulher e nem com os defensores da vara de violência contra mulher. Nós queremos falar com os tribunais de júri, que é um público completamente arredio, que nós nunca chegamos nele. Então tem e-mail, marketing, tem peças, mensagens pelo celular, pelo e-mail, e é importante dizer que a maior parte dessas mensagens será encaminhada pelo Conselho Nacional de Justiça. O Conselho Nacional de Justiça assumiu e vai fazer essas peças ainda esse ano, que é uma forma de trazer efetivamente esses atores para o nosso lado. É importante dizer que nós estamos discutindo também com o Conselho Nacional do Ministério Público, que já tem uma campanha de mutirão de julgamentos de uma forma geral, também para colocar nesses julgamentos, o julgamento dos assassinos e estupradores em alguns Estados, de mulheres. Vídeo foi apresentado ao Pleno: "A Lei Maria da Penha completa seis anos,

409

410

411 412

413

414

415 416

417

418 419

420

421

422

423 424

425

426

427

428

429

430

431

432 433

434 435

436

437

438

439 440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456 457

458

mas mesmo assim uma mulher é agredida a cada cinco minutos no Brasil. Por ano mais de quatro mil são assassinadas. A cada três pessoas atendidas no SUS em caso de violência doméstica, duas são mulheres. É preciso dar um basta! Com compromisso e atitude, juntos podemos mudar essa história. Violência contra mulher, a Lei é mais forte! Governo Federal." É uma parceria com uma agência Street, supervisionada pela SECOM, sem custo para a SPM, a ação visa disseminar temas fundamentais do universo da mulher no dia a dia, saúde, educação, trabalho, orientação sexual, envelhecimento, todas as pessoas que utilizam ônibus e que são público alvo preferencial da maior parte desse programa. Principalmente aqueles ligados à proteção da mulher. A agência sugere outras ações. Essas ações irão nas capitais Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro, Recife, Goiás, Fortaleza, são quinze, que eles tem contrato. Vai passar naquelas televisões dos ônibus. E vão ter vários enfoques. Conselheira Estela Aquino questiona os dados de notificação que são usados na campanha e quer saber de onde vieram os dados estatísticos. Secretária Aparecida Gonçalves esclarece que são do VIVA gente, a notificação compulsória que é do Ministério da Saúde. Foi tirado dali a fonte desses dados efetivamente. Ministra assegura que será verificado, revisado os dados reais e depois será repassado. Secretária Aparecida pede a Assessoria de Comunicação de se retire do site enquanto não se tiver as respostas concretas dos dados questionados pela conselheira. Ministra passa para as apresentações das Secretárias, Aparecida Gonçalves (VER ANEXO I – no site), Vera Soares (VER ANEXO II - no site) e Tatau Godinho (VER ANEXO III - no site) feitas as apresentações de cada Secretaria a Ministra abre inscrição para o debate, comentários, sugestões, críticas e observações das conselheiras. Conselheira Maria José Araújo (RNFS)_ "Queria parabenizar a SPM pela quantidade e qualidade das atividades e pelo trabalho de vocês. Realmente fico bastante feliz e contente e queria fazer esse agradecimento em nome da rede feminista. A outra coisa que eu fiquei preocupada, eu não sei se entendi mal, ou se é essa proposta mesmo. Quando vocês colocaram um trabalho com as mulheres presidiárias, vocês não citaram a parceria com o Ministério da Saúde. Deve ter alguma razão, mas eu gostaria de saber por quê? Porque eu fui relatora do direito à saúde sexual reprodutiva da plataforma DESCA, que é a plataforma de direitos humanos, e na minha gestão de dois anos eu visitei sete presídios femininos no Brasil, e uma casa que chama casa de passagem na Bahia. E o que mais me chocou além da questão da falta de acesso à justiça, defensor público, advogado, nós pegamos inclusive, cada vez nós saíamos dos presídios com a lista de advogado, porque sempre a plataforma fez a visita com uma série de pessoas da sociedade civil, para ter mais força e advogadas feministas, médicas e tal; eu fiquei muito impressionada com a saúde das mulheres. Mesmo os estados que aderiram ao plano de saúde no sistema penitenciário, que é um plano do Ministério da Saúde com o Ministério da Justiça, mesmo nesses presídios a situação de saúde das mulheres é extremamente grave. Então, nós temos todos os relatórios, até porque a plataforma está publicando, não eles completos porque não tinha dinheiro, mas em fim, a situação da saúde é terrível. Cada vez que eu entrava num presídio daquele, eu saia e dizia, eu não posso acreditar no que eu vejo. No caso da Bahia, tinha uma mulher grávida de cinco meses com o feto morto na barriga há um mês e meio. Isso está no relatório gente. Eu não estou fazendo escândalo para sensibilizar as pessoas. A médica me disse: "Não, nós não levamos porque ela vai eliminar sozinha. A gente sabe que feto morto, além de ser uma questão extremamente grave do ponto de vista emocional para uma mulher, que tem um mês na sua barriga um feto morto, pode ser uma causa grave de morte de infecção, de tudo. Então, isso que a gente viu, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier de Porto Alegre que têm quinhentos e sessenta internas, o castigo das mulheres que iam para o calabouço, que a gente chamava de calabouço, das mulheres de HIV positivo, era a retirada do exame de retro-virais. Por favor, isso nós chamamos a associação dos juízes pela

460

461

462

463

464 465

466

467

468

469

470 471

472 473

474 475

476

477 478

479

480 481

482

483 484

485

486 487

488

489

490 491

492

493 494

495

496

497

498

499

500

501 502

503

504

505

506

507 508

democracia do Rio Grande do Sul, que foi lá no presídio com a gente, retornou, porque é muito grave. Então, eu não sei qual é a proposta, porque vocês falaram de vários ministérios, eu estou me alongando Lourdes, mas é que eu vivi isso durante dois anos. Então, eu acho assim, que alguma medida tem que ser tomada. Então, o castigo das mulheres negras na sela de castigo que era no calabouço do presídio no mês de julho sem vidro, sem esgoto, os ratos passando, as mulheres mordidas nos pés, era a retirada dos ante retrovirais gente! Por favor acreditem! Isso está no nosso relatório, assinado por várias entidades. Então eu queria ver se tem algum trabalho da SPM para forçar que esses presídios venham aderir a esse programa e cumpram esse programa. Porque as mulheres encarceradas estão tendo filhos nos hospitais, algemadas, está certo? Então é isso que eu queria dizer". Conselheira Gláucia de Fátima Barban Morelli "Rapidamente, quero também saudar o trabalho que foi apresentado, e eu acho que a todas nós deixou assim um gosto de estar valendo muito à pena, a gente ter lutado esses anos todos e ter lutado para eleger uma presidenta, e continuar lutando para melhorar ainda mais o nosso país. Quero saudar a Sueli e falar para você muito emocionada, que o seu sorriso me lembrou muito nosso professor Eduardo do Congresso Nacional Afro Brasileiro, que faleceu recentemente e era um grande guerreiro ao seu lado nessa luta também. Duas coisas principais, que na minha cabeça também me deixaram muito feliz, que essa questão do 'Luz Para Todos', que recordou muito ida na Avenida Paulista, que nós militantes da Confederação das Mulheres, fizemos para distribuir um milhão de jornais em apoio na época ao Presidente Lula, onde a gente resgatava a importância do 'Luz Para Todos' para nós mulheres, para nossa libertação. E era um momento muito difícil e eu acho que hoje nos trás muita alegria. A SPM está com essa questão. E a questão da profissionalização foi muito difícil para nós da Confederação, profissionalizarmos naquele edital de chamada pública do Ministério do Trabalho que todas as companheiras aqui sabem que a gente profissionalizou cinco mil e quinhentas mulheres do Bolsa Família naquela época. E foi muito difícil, particularmente na construção civil lá no litoral, ainda quando chegava a época do verão, mais um motivo ainda para as mulheres saírem da sala de aula, porque precisavam ganhar alguma grana como ambulante nas praias. E essa questão das crianças e da informalidade é uma coisa que pesa muito. E para concluir, eu quero colocar a questão, que nós fizemos uma visita na maternidade Sofia Feldeman, há duas semanas, nós da Confederação e outras entidades e tal, eu até passei um e-mail para a ministra, sugerindo que seja organizada uma visita de algumas representantes do nosso conselho em Belo Horizonte. Eu fiquei bastante impressionada porque são em média oitocentos partos por mês. 24% em média de cesarianas. A taxa é ao contrário. E um custo mensal de quatro milhões e meio. E tudo pelo SUS, com uma opção de escolha das mulheres totalmente respeitada sobre como é que elas vão ter o filho, se é assim, se é assado e tal. Então, eu acho que vale à pena a gente colocar a discussão nessa questão da mortalidade materna e tal, e na nossa pauta a gente ir lá conhecer." Conselheira Estela Aquino (ABRASCO) "Primeiro eu queria saudar a secretaria. Eu acho que seis meses de trabalho é muito trabalho, eu acho que os resultados apresentados são bastante emocionantes em termos do que vem se obtendo. Saudar a ministra que está à frente desse processo. Queria saudar a chegada da Sueli e registrar que eu já pedi a retificação, porque o nosso voto da ABRASCO foi um voto unanime no seu nome. Não saiu por algum motivo, não sei se a mensagem não chegou, mas em fim, não está computado, mas na ATA quando for ser registrada a posse, eu gostaria que isso ficasse ressaltado. Queria registrar o pesar da ausência da conselheira Ana Paula, que realmente foi uma perda nesse período. Uma perda para luta das mulheres portadoras de deficiência. Muito jovem e eu fiquei muito comovida com a morte dela. E eu queria ressaltar que essa questão da saúde, como a Maria José ressaltou, ela é usada com frequência como mecanismo de punição das mulheres. Então, todas essas políticas eu acho que é importante que a gente articule com isso, porque,

511

512

513 514

515

516

517 518

519 520

521

522 523

524

525 526

527

528 529

530

531

532

533

534 535

536

537 538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550 551

552

553

554

555

556 557

558559

560

além do que a Masé levantou e é um retrato atualizado, eu não estou atualizada, mas um mecanismo muito utilizado nos presídios era, ou a proibição da visita íntima, ou a utilização de injetáveis e hormonais para conceder a visita íntima. Então a gente tem mecanismos muito sofisticados de punição das mulheres que já estão punidas pela falta de liberdade. Essa é a punição delas. E elas não devem receber nem mais um outro tipo de punição, principalmente envolvendo a questão da saúde. Eu já falei com a Aparecida Gonçalves, mas eu dei uma olhada rápida nos dados, mas parece que o dado realmente não corresponde, com os dados de 2008, 2007, em torno de 75% dos casos registrados de violência doméstica, onde está incluído criancas, idosos e pessoas adultas, então está misturando vários fenômenos de determinação diferentes. De qualquer forma é em torno de a cada quatro, um homem. Incluído os meninos, etc. E se a gente pega modalidade de violência sexual vai 85%, mesmo juntando crianças no processo. Eu estou falando isso, porque eu acho que a gente tem uma tradição das pesquisas qualitativas na nossa área, e a gente precisa ter muito cuidado com os dados. Lá no meu programa a gente costuma dizer que os dados não estão dados; a gente não colhe dados, a gente produz dados. Então, os dados podem dançar e estarem a nosso favor ou contra nós. E eu já me coloquei à disposição da Cida para rever isso de forma que a gente possa ter dados confiáveis, e as proporções às vezes não são as melhores formas de tornar visível o problema. E por último eu queria colocar a questão da ciência sem fronteira, que a ministra chamou a atenção, e dizer que eu estou muito alegre, porque a minha filha que é estudante de história de primeiro ano, achou que não ia ser selecionada e passou no concurso nacional. Na seleção nacional que teve, e por conta disso eu pude constatar que tem uma proporção imensa de mulheres. Foram setenta e sete mil pessoas inscritas, perto de cinco mil selecionados, e não deu para contar porque não está disponibilizado, mas eu queria sugerir que fosse dado visibilidade a isso, com estatísticas sobre isso. E o que eu acho que é muito interessante, é que em geral os estudos da Hildete mostram isso, é que embora moças estejam cada vez mais presentes, elas acabam desistindo, por exemplo, dos intercâmbios no exterior, em razão dos constrangimentos ligados à família, de maternidade, etc. Então, essas jovens são iovens que possivelmente estão numa etapa da vida onde isso não está colocado, e uma das coisas que está prevista no programa, é de ida ao exterior, realização d cursos no exterior. Então eu acho que é muito bacana se a secretaria puder dar visibilidade ao que está acontecendo nesse meio." Conselheira Sueli Batista (BPW)_ "eu também cumprimento os trabalhos realizados pela SPM, inclusive no co-partilhamento das ações. Todas as ações praticamente foram compartilhadas em rede e isso é muito importante. Vou me ater em duas questões: a primeira sobre os presídios femininos; a BPW em Cuiabá fez um trabalho com o Governo do Estado, tenho o levantamento completo desse trabalho que foi feito. Nós íamos trabalhar num regime semiaberto, e de repente por falta de um comprometimento com as presidiárias do regime semiaberto, trabalhamos com um sistema fechado e nos deparamos com uma realidade diferente do programa. Quer dizer, nós tivemos outro foco, mas trabalhamos com uma equipe multidisciplinar, inclusive, tiramos essas pessoas do regime fechado para visitarem empresas, para fazer um trabalho de discussão técnica do empreendedorismo Confederação do Comércio, Federação da indústria, CDL, nas quais os próprios presidentes foram, conversaram com as presas diretamente. Isso deu o resgate de autoestima para essas mulheres. Trabalhamos com educadores, inclusive, de oficinas de mosaico onde nós humanizamos a própria penitenciária. Então, mudamos o foco, mas foi gratificante para a gente. Eu tenho todo esse estudo, inclusive solicitei para passar para Aparecida. Nós vamos passar por e-mail para quem quiser esse compartilhamento. Foi muito bom, inclusive com psiquiatras, doutores nas mais diversas áreas, e o resultado, eu acho que esse trabalho é um trabalho que pode ser compartilhado em nível nacional, que pode ser feito, aplicado essa nova tecnologia inclusiva dentro de um processo nacional. E quanto ao que a Tatau falou da

562

563

564 565

566

567

568

569

570

571

572

573 574

575

576 577

578

579

580 581

582

583

584

585 586

587

588

589

590

591

592

593

594 595

596

597

598

599

600

601

602

603 604

605

606

607 608

609 610

611

criança ser levada nos projetos que envolvem essa parte técnica dessas mães, nós tivemos o trabalho dentro do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, o projeto que a BPW construiu foi de alfabetização digital, e a gente sentiu muito mesmo esse problema das mães levarem crianças e terem problemas no aprendizado. O próprio aprendizado, porque as crianças desviavam muito atenção, queriam mexer nos computadores. Então, eu acredito que se tiver um espaço recreativo para as crianças, vai solucionar muito. Mas o resultado da mudança Trabalho e Empreendedores da Mulher em Recife, foi muito importante, e nós fizemos um talk show com as mulheres que tiveram realmente vidas modificadas. E tinha uma cabeleireira que ela não ganhava nem quinhentos reais por mês, e depois do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, ela investiu em qualificação, porque nós não levamos o curso de cabeleireiro em si, mas levamos o curso de empreendedorismo, educação financeira, e essa mulher hoje ganha seis mil reais por mês. Isso foi uma grande conquista do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher. "Obrigada" Conselheira Durica (Maria das Dores do Rosário Almeida) AMNB "Bom dia ministra, bom dia a todas. Primeiramente eu queria agradecer a todas as conselheiras que apoiaram em nome da Sueli Carneiro como notório saber, para estar hoje aqui presente. E obrigada a Sueli por ter aceito esse convite, essa indicação. Eu queria parabenizar a SPM por todo o trabalho que tem feito durante esse pouco tempo, mas assim, especial empenho na resolução do caso Aline. Então, a ministra tem se proposto, a SPM realmente resolver e trazer soluções e tem mostrado que tem feito isso com muita competência. O trabalho da secretaria que foi apresentado, excelente trabalho, mas eu senti a ausência, pelo pouco tempo de apresentação que nós temos, de como está sendo feita a questão da transversalidade de raça em todos os programas. Eu sugiro que nas próximas reuniões, que sejam feitas essas colocações. E assim, específica ao programa de pró equidade de gênero e raça, eu queria saber como é que se dá, quais são os pré requisitos para que essa empresa tenha esse selo. Como é durante essa visita, o que é detectado nessa empresa. E no programa de enfrentamento à violência contra a mulher, eu achei esplêndido, louvável a inclusão da mulher rural. Um programa específico para as mulheres rurais. E assim eu queria sugerir que enquanto as unidades móveis terrestres não estejam em funcionamento, que se pense também numa unidade móvel fluvial. Porque muitos lugares na Amazônia não se chegam de carro. Se chega de barco. E esse é um questionamento que nós temos feito. Então, essa mulher ribeirinha, ela é a mais excluída de todas as mulheres com relação ao acesso à Lei Maria da Penha. Obrigada." Conselheira Vera Machado (REF)_ "eu queria antes de mais nada receber a nossa companheira Sueli Carneiro. Dizer que é bem vinda a esse conselho, para se juntar a nós, que a luta é muito grande, você sabe disso. E ao mesmo tempo parabenizar a SPM. Porque esse balanço mexeu um pouco com a gente. Foi muito interessante. Seis meses e um avanço bem grande. Um avanço na articulação com os outros ministérios. Eu acho isso importantíssimo principalmente para a gente ter um diálogo e saber o que está acontecendo com a transversalidade dentro desses ministérios. Achei que foi muito importante esse avanço. O avanço também no orçamento. Nós estamos aqui na câmara técnica do orçamento, discutindo um pouco como se daria este orçamento no próximo ano. E tivemos a grata satisfação de saber que nós temos 19.1% no orçamento do próximo ano. Isso, somado às emendas... Eu acho que é interessante. Esse avanço do quadro, nos Recursos Humanos dentro da SPM é outro avanço muito grande. Eu fiquei muito feliz com isso. E, com todas as políticas que foram apresentadas aqui pelas três secretarias. E gostaria de dialogar um pouco com a secretaria que a Tatau faz parte, por conta da gente avançar um pouco na relação com os empreendimentos de economia solidária, que no seu interior tem a maioria mulheres, principalmente nos empreendimentos mais desestruturados que são as mulheres nos populares. As mulheres estão bem presentes. Então gostaria que a gente tivesse, sei que isso é feito, esse diálogo é feito também no MDA e outros ministérios, que a gente

613

614

615

616

617

618

619

620

621 622

623 624

625

626

627 628

629

630

631 632

633

634

635

636 637

638

639 640

641

642

643

644

645

646 647

648

649

650

651

652 653

654

655

656

657

658 659

660 661

662

avançasse nesse sentido em parceria com as SENAIS. "Obrigada." Ministra Eleonora: Esclarece que é 19.1% fora os salários e as coisas dos Recursos Humanos da SPM. Não estão inclusos. Conselheira Claudia Prates (MMM)_ "Então, mais uma vez reforçar, parabenizar toda a SPM e apresentação desse trabalho, desse diagnóstico, que é um diagnóstico, um balanço, dessa transversalidade que para nós é tão importante, porque às vezes nós sentimos isoladas no meio de todo cenário dos outros ministérios, mas aqui o que a gente pode perceber, é que não. A gente tem um trabalho integrado. Eu começo também parabenizando as conselheiras que tomaram posse hoje, a companheira Sueli carneiro, bem vinda! E quanto à apresentação do vídeo dos seis anos da Lei Maria da Penha, eu achei fundamental a apresentação das propostas e a sensibilização que será feita com o judiciário, com o Ministério Público, as defensorias; porque me assusta muito esse 'feminissídio' que está acontecendo no Brasil, em todos os Estados, e aí eu sempre tenho um olhar primeiro para o Estado da onde eu venho, Rio Grande do Sul, que me assustou por demais saber que na mesa da delegada das mulheres da delegacia de mulheres a DEAN, existem dezessete mil casos, eu fiquei estarrecida com esse número, e aí nós num ato que aconteceu no fim de semana agora, o que nós pedimos é que nós precisamos zerar os casos que existem sobre as mesas das delegacias de polícia e do judiciário. Enquanto nós não nos debruçarmos sobre esses casos que estão parados, qual é a credibilidade que nós passamos para as mulheres que estão se encaminhando para as delegacias? O que elas podem esperar quando elas chegam lá e o processo delas vai lá para baixo, porque tem outros lá em cima. Então, com que angústia elas voltam para casa? Isso eu fico muito preocupada, porque nós podemos incidir até as delegacias, mas o judiciário, de que forma que a gente faz a pressão, não é! E aí, para finalizar, eu acho que a Tatau trouxe um debate fundamental que é... Lembra que nós falamos que se nós não trabalharmos as mudanças culturais da sociedade, se nós não trabalharmos na estrutura da sociedade e não discutirmos o tema dos cuidados, o tema da divisão sexual do trabalho doméstico, o compartilhamento das tarefas, quer dizer, se nós não mexermos nessa estrutura que ainda atribui papeis diferentes para homens e mulheres que ainda mantém e reforça o poder sobre os homens, nós também não vamos conseguir fazer as devidas mudanças. Então, parabenizar a SPM, todos os ministérios envolvidos neste trabalho, que tanto as mulheres urbanas, tanto para as mulheres camponesas, as mulheres rurais. Acho que também, sem dinheiro a gente não vai a lugar nenhum. A gente fica nas boas ideias. Então, muito obrigada e parabenizar mais uma vez." Conselheira Sueli Carneiro: "Primeiramente eu quero usar esse minuto para fazer agradecimentos pela possibilidade de estar aqui. Quero agradecer em primeiro lugar a ministra por me fazer esse convite, absolutamente que eu aceito com muita modéstia. E com muita intranquilidade da minha capacidade de abordar realmente a contribuição efetiva diante da magnitude do trabalho. Que eu vi descrito aqui é apavorante e dá vontade de enforcar a Durica, representante da articulação de mulheres negras, a Silvana, representante do Fórum Nacional de mulheres negras, que fizeram essa indicação, e ela só me põe em fria, senão não teria graça. E como eu sou uma soldada disciplinada eu aceito como vocação, mas às vezes até irresponsavelmente, porque me sinto realmente apavorada com a grandiosidade do trabalho, embora maravilhada também com o que está sendo realizado, em especial as conselheiras por referendarem o meu nome e eu espero fazer jus a tanta honraria que eu senti ao vir para esse conselho com esse nível de apoio. Com essa qualidade de apoio de todas vocês. "Muito obrigada." Concluída as intervenções das Conselheira Ministra pede a palavra: " antes de começar, eu quero dizer a observação que a conselheira Estela fez do dado e nós já mandamos retirar do ar para fazer o conserto mais rápido possível, do dado. Então é para isso que serve o conselho. Na altura, considerando a crítica sempre no caráter da perspectiva propositiva de contribuição. Quando eu fui falar com a Cida, vamos tirar, ela disse, 'já mandei tirar'. Aqui é mais rápido do que imediatamente. Então, nós agora passaremos

664

665

666 667

668 669

670

671

672 673

674

675 676

677

678 679

680

681 682

683

684

685

686

687 688

689

690 691

692

693

694 695

696

697 698

699 700

701

702 703

704

705

706

707

708

709 710

711 712

713

para a apresentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Eu tenho algumas pequenas observações a serem registradas antes de passar para Lourdes como Secretária executiva. A primeira é, o plano e monitoramento passaram para a Coordenação da Secretaria-Executiva com a equipe do monitoramento que a Lourdes apresentará. E como eu havia anunciado na parte da manhã com significativo aumento, ampliação do número de ministérios que participarão do plano do comitê de monitoramento. Todos esses ministérios terão no interior dos seus ministérios um núcleo de gênero. O nome são eles que dão. E foi oficializado por carta e a resposta da indicação. Isso é um empoderamento também. O plano, nós aqui na SPM, trabalhamos desde a nossa entrada na seguinte vertente, obedecendo rigorosamente às decisões da terceira conferência e fazendo uma discussão intensiva, profunda. As adequações necessárias ao plano. Fizemos o planejamento estratégico de dois dias com as secretárias, as diretoras, as coordenadoras e as assessoras de todas as assessorias. E o gabinete evidentemente. Nós fizemos uma opção por não chamar de terceiro plano. É o plano nacional. Não tem primeiro, segundo, terceiro, porque senão você fica sendo cobrada de coisa que você não cumpriu no primeiro ou está fazendo a segunda ser cumprida sem o primeiro. Essa numerologia, nós cortamos no sentido de que se faz necessário a publicação no diário oficial e para diretrizes para as políticas públicas voltadas para as mulheres no Brasil. É o plano, Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Então essa foi a primeira decisão interna da SPM. E a outra decisão que não constava evidentemente da discussão da conferência, mas atende eixos da conferência, nós não trabalhamos eixos. A Lourdes vai explicar bem isso, mas como ministra, eu me sinto responsável em dizer. Ao nos abrirmos aqui a Coordenadoria da Diversidade, nós cumprimos com um dos pontos do plano dos módulos, e adequamos nesse plano, como vocês verão, tudo isso. E, sobretudo, tiramos como diretrizes de gestão, porque existe um plano, mas dentro de uma gestão, a gestão tem que ter uma marca. Então, como o plano vai até 2015, nós não pusemos data, mas é essa a data. E o que marca e o que marcará nossa gestão. Então foi um trabalho bem profundo, bem intenso aqui na SPM. Um envolvimento de toda a SPM nesse plano, na elaboração dele, na adequação dele, e várias reuniões, um trabalho incansável do grupo da secretaria executiva, o trabalho em si coordenado pela Carol, a Carolina Tokarski, e dirigido e liderado pela Secretária-Executiva Lourdes Bandeira. Então, as meninas, as gestoras que participaram do plano, dedicaram um tempo enorme. Então, hoje eu tomei como decisão, é a primeira vez que o plano será apresentado, e depois da apresentação aqui ao conselho, que vocês tiverem acesso, vocês receberão com o prazo de data, hora e dia, apresentarem por e-mail as sugestões e tudo, porque nós já temos agendada uma reunião do novo comitê de monitoramento que é onze de setembro. Então, o tempo não é longo, aliás, é curto, mas ao saírem daqui com o plano na cabeça, vocês já terão possibilidade de pensar e nos retornar para ele. Com essa apresentação, nós cumprimos uma responsabilidade e estamos devolvendo ao conselho, que é o órgão máximo de controle social nosso, um plano que nós estávamos a dever. Mas, considerando seis meses, eu acho que foi suficientemente trabalhado e elaborado com muito cuidado. Ministra passa a palavra para a Secretária-Executiva da SPM, Lourdes Bandeira, fazer a apresentação da metodologia e da estratégia política do plano. (VER ANEXO IV – no site). Concluída a apresentação é aberta a palavra para as Secretárias e conselheiras (VER ANEXO V – no site). Ministra ao final propõe que o CNDM escreva um pósfácio para a publicação do Plano, uma vez que a apresentação de abertura é ela quem irá assinar. Acha que é importante no sentido que o conselho é um órgão, é o instrumento de controle social das políticas públicas voltadas para as mulheres. Pleno escolheu para redigir o texto, as conselheiras Maria Betânia Ávila, Estela Aquino e Sueli Carneiro. Ministra Eleonora encerra os trabalhos do dia. Ministra Eleonora, abre os trabalhos do dia 05.09.2012 -Quarta-feira (2º dia) da 10ª Reunião Ordinária do CNDM, reafirmando o valor de todas as

715

716

717

718

719

720 721

722

723 724

725 726

727

728

729 730

731

732 733

734

735

736

737

738 739

740

741

742 743

744 745

746 747

748

749

750 751

752

753

754

755

756 757

758

759

760 761

762 763

764

conselheiras, o quanto são importantes estarem reunidas. Pleno escolheu para redigir o texto da publicação do PNPM, as conselheiras Maria Betânia Ávila, Estela Aquino e Sueli Carneiro. Passou-se para a apresentação pelo *Leopoldo Vieira*, que é assessor da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento e Daniel Pitangueira, da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral. Eles a apresentação sobre a participação social no monitoramento do Plano Mais Brasil, ou seja, o PPA 2012/2015. O Assessor Leopoldo informa que a proposta de participação social no monitoramento e avaliação no Plano Mais Brasil, do PPA, e que estão fazendo de Articulação Social. Ela é uma proposta introdutória para o debate. A intenção é pactuá-la com os conjuntos dos Conselhos, especificamente das representações da sociedade civil, dos conselhos do Governo Federal, em novembro. É uma proposta para a gente também ouvir retornos, propostas de melhora. Eu tenho uma introdução a fazer. A gente elaborou essa proposta baseada em duas premissas que a gente está construindo dentro da Secretaria de Investimentos Estratégicos. Uma ideia de que país desenvolvido é um país que promove e realiza direitos humanos e que a realização e promoção de direitos humanos têm que ser de preferência a expressão da participação social nas escolhas estratégicas de governo. Então, esse é o fundamento desse processo social, no PPA, no monitoramento do PPA. A ideia é que a gente possa trazer à sociedade, mas não como uma simples prestação de contas, mas que se possa fazer com que efetivamente a sociedade através dos Conselhos consiga incidir na programação do PPA, inclusive se for necessário, discutir metas, objetivos, agregar novos indicadores e redimensionar a própria execução do Plano. Veja Apresentação em slides e Palestra (VER ANEXO VI), no site. Em seguida passou-se para os Informes das Conselheiras e Informe das Câmaras Técnicas. Deu-se por encerrada a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Próxima reunião ordinária agendada para os dias 13 e 14 de novembro de 2012, sendo que as Câmaras Técnicas deverão ser reunir no dia 12 de novembro das 9h às 11h30.



766

767

768

769

770

771 772

773

774 775

776

777 778

779

780

781

782

783

784 785

786

787

788

789 790

791

Secretaria de Políticas para as Mulheres

